



## **Desempenho Municipal e Sustentabilidade: uma avaliação das cidades do estado do Ceará**

**Lanna Moreira da Silva de Carvalho**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira /  
lannamdasilva@unilab.edu.br

**Maria Janylle Oliveira Santiago**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira /  
janylle.santiago@unilab.edu.br

**Sergio Henrique de Oliveira Lima**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira /  
sergio.lima@unilab.edu.br

**Alexandre Oliveira Lima**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira /  
alexandrelima@unilab.edu.br

**Hugo Azevedo Rangel de Moraes**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira /  
hugomoraes@unilab.edu.br

### **RESUMO:**

O estudo analisou a relação entre a efetividade da gestão municipal e o desempenho no desenvolvimento sustentável nos municípios do Ceará, por meio da integração entre o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). A investigação partiu da problemática sobre a possível associação entre a qualidade da gestão pública local e o avanço em indicadores alinhados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A pesquisa teve abordagem quantitativa, descritiva e analítica, com base em dados secundários de 2023, abrangendo os 184 municípios cearenses, organizados em 14 Regiões de Planejamento. Foram aplicadas estatísticas descritivas e o coeficiente de correlação de Pearson, com apoio do software IBM SPSS Statistics. Os resultados indicaram predominância de “Baixo Nível de Adequação” no IEGM e desempenho “Baixo” no IDSC-BR, evidenciando limitações institucionais simultâneas. Observou-se correlação positiva ( $r = 0,159$ ), porém fraca, sugerindo que melhor gestão tende a associar-se a maior alinhamento aos ODS, embora não explique isoladamente o progresso socioambiental. Concluiu-se que embora a integração entre o IEGM e o IDSC-BR ofereçam uma lente diagnóstica relevante para a administração pública, eles não são suficientes para explicar, isoladamente, o progresso socioambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão pública municipal; Indicadores de desempenho; Sustentabilidade.



## 1. Introdução

A promoção de uma gestão municipal eficaz, capaz de responder tanto aos desafios locais quanto às agendas globais de desenvolvimento sustentável, configura-se como um dos principais vetores de inovação na administração pública contemporânea. Nesse contexto, a utilização de instrumentos de avaliação e monitoramento tornam-se indispensáveis para subsidiar a tomada de decisão governamental e acompanhar a efetividade das políticas implementadas.

O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) destaca-se como uma ferramenta relevante, ao integrar indicadores que abrangem áreas essenciais da gestão municipal, como educação, saúde, planejamento, meio ambiente, gestão fiscal, proteção cidadã e tecnologia, permitindo uma visão abrangente da capacidade administrativa dos municípios. De forma complementar, a crescente exigência por mecanismos que monitorem o progresso das cidades em relação à Agenda 2030 motivou o desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), instrumento que organiza e mensura o desempenho municipal por meio de eixos e indicadores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Conforme destaca o Instituto Rui Barbosa (2023): “as respostas aos quesitos do IEGM impactam muitas das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), podendo indicar caminhos que os gestores devem ter atenção ao planejar e executar as suas políticas públicas, a fim de alcançar essas metas até o ano de 2030”. Diante deste contexto, levantou-se a seguinte questão: municípios que apresentam maior efetividade da gestão pública, segundo o IEGM, também demonstram melhor desempenho em indicadores alinhados aos ODS?

A partir dessa problemática, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a relação entre a gestão municipal e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nas cidades do estado do Ceará. Para alcançar esse propósito, são definidos os seguintes objetivos específicos: Examinar o posicionamento relativo dos municípios cearenses nas faixas do IEGM e do IDSC-BR; Caracterizar o desempenho da efetividade da gestão municipal (IEGM) e do desenvolvimento sustentável (IDSC-BR) nas Regiões de Planejamento do Ceará, por meio de estatísticas descritivas e; Verificar a existência de correlação entre os resultados do IEGM e os indicadores de monitoramento dos ODS em nível municipal.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de refletir como a qualidade da gestão municipal se relaciona com o desenvolvimento sustentável a partir de uma abordagem quantitativa e regionalizada. A escolha do Estado do Ceará e a análise por Regiões de Planejamento permitem evidenciar assimetrias territoriais e padrões regionais de desempenho, oferecendo subsídios que podem orientar estratégias de fortalecimento da gestão pública e de promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios cearenses.

## 2. Fundamentação Teórica

### 2.1 Governança e Gestão Pública Municipal



Existem diversos desafios no âmbito da Administração Pública que demandam dos gestores a utilização cada vez mais objetiva e eficiente dos recursos. A escassez de recursos públicos e a exigência crescente de demandas sociais por melhores qualidade de vida, aliados à cenários de crise fiscal e financeira, contribuem para esse cenário (Passos; Amorim, 2018).

Tais desafios reforçam a importância de uma gestão pública baseada em evidências, no uso de indicadores de desempenho, na transparência e na accountability, elementos fundamentais para o fortalecimento da governança e para a construção de ações mais responsivas. Passos e Amorim (2018), reforçam que existem esforços para a implantação de sistemas de monitoramento e de avaliação para o acompanhamento, não apenas de atividades e processos, mas também de resultados e desempenhos.

Nesse contexto de crescente complexidade administrativa, instrumentos de avaliação e monitoramento tornam-se essenciais para orientar decisões governamentais e aprimorar a gestão pública. O Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM), elaborado pelos Tribunais de Contas brasileiros, surge como um mecanismo relevante para mensurar a qualidade das políticas públicas municipais e avaliar a capacidade de gestão dos entes locais em diferentes dimensões, como educação, saúde, planejamento, meio ambiente, finanças, gestão fiscal e governança em tecnologia da informação. Ao oferecer uma análise sistematizada do desempenho municipal, o IEGM possibilita identificar fragilidades, orientar prioridades e promover maior eficiência na alocação dos recursos públicos.

Além disso, ao consolidar informações de diversas áreas, o índice permite aos gestores compreenderem de forma integrada como aspectos administrativos, econômicos e sociais se inter-relacionam, contribuindo para uma governança mais transparente e responsiva.

## 2.2 Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM)

Idealizado inicialmente em 2015 pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e disponibilizado aos Tribunais de Contas pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), o IEGM tem por finalidade reunir informações que possam servir de parâmetros para subsidiar as ações de controle externo, aperfeiçoar as ações governamentais, fornecer informações aos cidadãos sobre a gestão local, além de produzir estudos sobre políticas públicas. Apresentando-se, portanto, como um instrumento valioso que beneficia órgãos de controle, governos municipais e sociedade.

Conforme destacado pelo TCE-SP (2024), o índice possui uma infraestrutura e processos, que avaliam a eficiência das políticas públicas em sete setores da administração: saúde, planejamento, educação, gestão fiscal, proteção aos cidadãos (defesa civil), meio ambiente e governança em tecnologia da informação. E a partir disso, oferece elementos que subsidiam a ação fiscalizatória do controle externo e da sociedade.

No que diz respeito à área da Saúde, o índice tem por objetivo estabelecer uma métrica das ações sobre a gestão da saúde pública municipal, que impactam diretamente a qualidade dos serviços e a vida das pessoas. No âmbito do Planejamento, o objetivo é mensurar nos municípios quanto ao que foi planejado e realizado em matéria de programas e ações, possibilitando ao usuário da informação entender, de maneira ampla, como se deu esse processo, apontando para os possíveis resultados. Quanto à Educação, é estabelecido uma



métrica das ações sobre a gestão da Educação Pública Municipal na sua esfera de responsabilidade, com foco em infraestrutura escolar. No que diz respeito à Gestão Fiscal, o índice se propõe a analisar aspectos da execução financeira e orçamentária, a manutenção dos limites legais estabelecidos, as decisões em relação à aplicação de recursos vinculados e a transparência da administração municipal. Na área de Proteção dos Cidadãos é avaliado o grau de envolvimento no planejamento municipal para proteção dos cidadãos frente a possíveis eventos de sinistros e desastres e mobilidade urbana. Na dimensão do Meio Ambiente, são avaliadas as ações sobre o meio ambiente que impactam a qualidade dos serviços e a vida das pessoas, como exemplo: resíduos sólidos, educação ambiental, estrutura ambiental, conselho ambiental, etc. E por fim, na área de Governança em TI é mensurado nível de conhecimento e o uso dos recursos de Tecnologia da Informação em favor da sociedade (TCE-SP, 2024).

Para mensuração do índice, este é composto através da combinação de dados governamentais, sistemas de auditoria eletrônica e informações levantadas a partir de questionários. Para avaliação dos resultados, foram elaboradas faixas (notas) representadas da seguinte forma: NOTA A: Altamente Efetiva; NOTA B+: Muito Efetiva; NOTA B: Efetiva; NOTA C+: Em Fase de Adequação; NOTA C: Baixo Nível de Adequação. Cada nota é atribuída conforme o disposto na Tabela 1 - Faixas do Indicador IEGM Brasil (TCE-SP, 2024).

Tabela 1. Faixas do Indicador IEGM Brasil

| Indicador | Faixa 1 | Faixa 2   | Faixa 3   | Faixa 4   | Faixa 5 |
|-----------|---------|-----------|-----------|-----------|---------|
| IEGM      | Nota A  | Nota B+   | Nota B    | Nota C+   | Nota C  |
|           | ≥ 0,90  | 0,75–0,89 | 0,60–0,74 | 0,50–0,59 | < 0,50  |

Fonte: Adaptado do IEGM Brasil

A partir dos resultados obtidos, estes produzem informações que podem ser utilizadas pelos gestores municipais na correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento dos municípios.

### 2.3 A Agenda 2030 como Instrumento de Planejamento Governamental

Além de aspectos relacionados à saúde, segurança, planejamento e educação, a gestão pública também deve se preocupar com as questões ambientais, tendo em vista que estas têm influenciado de forma cada vez mais significativa os âmbitos sociais e econômicos da sociedade, exigindo, assim, novas formas de intervenção e posicionamento de diversos atores, como governos, empresas e sociedade. As preocupações globais relacionadas ao uso e à escassez de recursos naturais, bem como os efeitos das mudanças climáticas ao longo do tempo, reforçam a necessidade de promover discussões e implementar estratégias que estimulem o desenvolvimento sustentável (Santana; Costa; Bento, 2024; Kruger; Santos; Sallaberry, 2024; Bosco et al., 2024).

Por este motivo, com vistas a ampliar as estratégias para promover o desenvolvimento sustentável, foram traçados esforços que vão além das regulamentações legais, surge então um novo mecanismo da política mundial, a chamada “governança por meio de metas”. Em 2015, foram criados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), resultados de uma



consulta ampla realizada entre as partes interessadas dos países-membros das Nações Unidas. Esta consulta resultou na formulação de 17 objetivos com 169 metas como parte integrante da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Esses objetivos dão continuidade aos trabalhos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), dando maior atenção às várias dimensões da sustentabilidade e com maior ênfase na inclusão. Enquanto os ODM focam na redução da pobreza em países em desenvolvimento, os ODS são universais, transformadores e integradores, buscando vincular o desenvolvimento humano à sustentabilidade ambiental em uma única agenda global aplicável a todos os países (Biermann; Kanie; Kim, 2017; Siegel; Lima, 2020).

Conforme Bowen et al. (2017), os 17 ODS visam apresentar uma visão unificada do desenvolvimento econômico, da sustentabilidade ambiental e da inclusão social. Os objetivos relacionam-se à erradicação da pobreza e da fome, a garantia de saúde, bem-estar e educação de qualidade, além da promoção da igualdade de gênero e do acesso universal à água potável, saneamento e energia limpa. Também tratam do estímulo ao trabalho decente, ao crescimento econômico sustentável e à inovação, bem como da redução das desigualdades e do fortalecimento de cidades e comunidades sustentáveis. Envolvem ainda a adoção de padrões responsáveis de produção e consumo, ações urgentes frente às mudanças climáticas e a proteção dos ecossistemas.

Cumprir destacar que, para que os ODS sejam bem-sucedidos várias condições institucionais são necessárias para a sua devida implementação, como a formalização de compromissos e indicadores, o fortalecimento dos arranjos de governança global, integração de políticas setoriais e adaptabilidade dos mecanismos de governança (Biermann; Kanie; Kim, 2017). As transformações em seu caso concreto dependem de como esses objetivos são interpretados, priorizados e implementados dentro de diferentes contextos (Siegel e Lima, 2020). A comunidade científica também possui um papel importante a desempenhar, especialmente no monitoramento da implementação, no alinhamento das metas com os arranjos de governança existentes e na integração das dimensões econômica, social e ambiental (Bowen et al., 2017). A colaboração entre ciência e política é crucial para a coprodução de conhecimento e pela busca por soluções para o desenvolvimento sustentável.

#### 2.4 Cidades Sustentáveis e Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades - Brasil (IDSC-BR)

Para o cumprimento efetivo da Agenda 2030 é imprescindível a participação ativa de agentes do governo, sociedade civil e setor privado. Em um cenário de atores e realidades mundiais distintas, faz-se necessário estabelecer um conjunto de ações capazes de implementar os objetivos de desenvolvimento sustentável de forma a considerar as diferenças locais. Por esta razão, com o intuito de auxiliar no controle das informações sobre o cumprimento das metas e análise dos dados, foi criada uma ferramenta de controle dos eixos e indicadores vinculados aos ODS, denominado de Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC), desenvolvido para ser aplicado em diferentes países (Wissmann e Backes, 2022).

No Brasil, este índice foi implementado através da iniciativa do Instituto Cidades Sustentáveis (ICS), em parceria com o Sustainable Development Solutions Network (SDSN). Conforme



destacado pelo IBGE (2012), a construção de indicadores de desenvolvimento sustentável no Brasil, insere-se no contexto dos esforços internacionais voltados à concretização dos princípios e diretrizes estabelecidos na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, especialmente no que se refere à articulação entre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento, bem como ao uso de informações qualificadas para subsidiar o processo de tomada de decisões.

As diretrizes do IDSC-BR também encontram-se alinhadas ao Programa Cidades Sustentáveis (PCS), que atualmente desempenha um papel relevante na conscientização e no engajamento dos governos locais para a formulação e implementação de políticas públicas estruturantes, voltadas à promoção de cidades mais equitativas e sustentáveis. O programa disponibiliza instrumentos e metodologias de suporte à gestão pública e ao planejamento urbano integrado, bem como mecanismos de controle social e incentivo à participação da sociedade civil.

Conforme destacado pelo ICS e SDSN, o índice cumpre duas funções principais, a primeira de auxiliar as cidades a medir seu desempenho segundo os objetivos da ONU, e a segunda de permitir uma série de análises que vão além dos limites municipais como, por exemplo, verificar e comparar os dados das cidades em recortes territoriais mais amplos e agrupar os municípios de acordo com características comuns e específicas, que extrapolam as questões territoriais (como aspectos demográficos, sociais e ambientais, entre outros). Ao conferir uma pontuação para cada ODS, o índice permite ainda outros tipos de agrupamentos das cidades, para análises e comparações nas diversas áreas temáticas abordadas pelos objetivos da ONU.

A pontuação do IDSC-BR, segundo a metodologia do ICS e SDSN, é atribuída no intervalo entre 0 e 100, sendo distribuído conforme as faixas a seguir:

Tabela 2. Faixas do Indicador IDSC-BR

| Indicador | Faixa 1    | Faixa 2  | Faixa 3  | Faixa 4  | Faixa 5     |
|-----------|------------|----------|----------|----------|-------------|
|           | Muito Alto | Alto     | Médio    | Baixo    | Muito Baixo |
| IDSC-BR   | $\geq 80$  | 60–79,99 | 50–59,99 | 40–49,99 | $< 39,99$   |

Fonte: Adaptado do IDSC-BR

A diferença entre a pontuação obtida e 100 pode ser interpretada como a distância em pontos percentuais que uma cidade precisa superar para atingir o desempenho ótimo.

## 2.5 Relação entre o IEGM e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A semelhança entre o IEGM e os ODS reside, sobretudo, em sua função de avaliar, orientar e induzir a atuação do poder público na promoção do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida da população. Ambos se estruturam a partir do uso de indicadores capazes de mensurar o desempenho das políticas públicas, possibilitando o monitoramento de resultados, a identificação de fragilidades institucionais e a avaliação da efetividade das ações governamentais (ONU, 2015; TCE-SP, 2023).





Enquanto os ODS constituem uma agenda global integrada, organizada em dimensões sociais, econômicas e ambientais (ONU, 2015), o IEGM traduz esses princípios para o contexto da gestão municipal, ao avaliar áreas estratégicas como educação, saúde, meio ambiente, planejamento, governança e responsabilidade fiscal (TCE-SP, 2023).

O TCE-SP (2023) reforça a importância da existência de indicadores capazes de avaliar os resultados das políticas públicas e de mensurar o impacto efetivo dessas iniciativas na vida dos cidadãos e, assim como os ODS, o IEGM também configura-se como um instrumento relevante de apoio aos administradores públicos, ao subsidiar o planejamento da gestão e a execução de políticas públicas mais eficientes e eficazes, constituindo-se, ademais, em um mecanismo de promoção da transformação e do desenvolvimento social.

O IRB (2023) também destaca que “as respostas aos quesitos do IEGM impactam muitas das metas dos ODS, podendo indicar caminhos que os gestores devem ter atenção ao planejar e executar as suas políticas públicas, a fim de alcançar essas metas até o ano de 2030.” Nesse sentido, ambos se configuram como instrumentos relevantes de apoio ao planejamento e à tomada de decisão na administração pública, ao subsidiar a formulação e a implementação de políticas públicas orientadas a resultados e impactos sociais concretos.

### 3. Método de Pesquisa

De acordo com a tipologia proposta por Gil (2008), a presente pesquisa adota uma abordagem quantitativa, de natureza descritiva e analítica, fundamentada no uso de dados secundários para examinar a relação entre a efetividade da gestão municipal e o desempenho em desenvolvimento sustentável nas cidades do Estado do Ceará. O estudo contempla os 184 municípios cearenses, organizados segundo as 14 Regiões de Planejamento estabelecidas pelo Governo Estadual, de modo a buscar coerência territorial e comparabilidade entre os agrupamentos regionais.

Para a construção das análises, foram utilizados dois conjuntos de informações. O primeiro corresponde ao IEGM referente ao ano de 2023, disponível no portal IEGM-Brasil, disponibilizado pelo IRB, por se tratar da base mais recente disponível para o estado do Ceará. O segundo conjunto é composto pelo IDSC-BR, também referente ao ano de 2023, o qual reúne indicadores voltados ao monitoramento dos ODS em escala municipal. Ambos os indicadores foram selecionados por sua robustez técnica e por permitirem a análise integrada entre gestão pública e sustentabilidade.

A primeira etapa do procedimento metodológico consistiu em uma análise integrada entre o IEGM 2023 e o IDSC-BR 2023, com o objetivo de examinar a distribuição conjunta dos municípios cearenses segundo faixas de desempenho em gestão pública e desenvolvimento sustentável. Para a realização dessa análise, os municípios foram organizados conforme as faixas oficiais de cada indicador, possibilitando uma leitura comparativa do posicionamento relativo dos municípios nos dois índices, evidenciando a predominância de determinados níveis de efetividade da gestão e de desenvolvimento sustentável no contexto estadual.

Em seguida, foram aplicadas estatísticas descritivas aos resultados do IEGM 2023 e do IDSC-BR 2023, organizados de acordo com as 14 Regiões de Planejamento do Ceará. Ressalta-se que a base de dados do IEGM contempla informações disponíveis para 182



municípios, em razão da ausência de registros para dois municípios, a saber, Campos Sales e Potengi, ambos pertencentes à Região de Planejamento do Cariri. Foram calculadas medidas de tendência central e de dispersão, como média, valores mínimo e máximo, desvio-padrão e amplitude, com o objetivo de caracterizar o desempenho regional, identificar assimetrias territoriais e subsidiar a análise integrada entre efetividade da gestão municipal e desenvolvimento sustentável.

Por fim, procedeu-se à análise de correlação entre o desempenho da gestão municipal e o nível de desenvolvimento sustentável, por meio do cruzamento entre o IEGM 2023 e o IDSC-BR 2023. A opção por uma correlação contemporânea fundamenta-se na disponibilidade dos dados para o mesmo período, o que possibilita avaliar a associação direta entre a efetividade da gestão municipal e os resultados obtidos nos indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para esse propósito, foram empregados coeficientes de correlação de Pearson, executados no software IBM SPSS Statistics, uma vez atendidos os pressupostos de normalidade das variáveis. Esse procedimento permitiu verificar a existência de relações estatisticamente significativas entre a qualidade da gestão e o nível de desenvolvimento sustentável nos municípios cearenses.

#### 4. Análise dos Resultados

##### 4.1 Análise Integrada do IEGM e do IDSC-BR nos Municípios do Ceará

A distribuição conjunta dos municípios cearenses entre as faixas do IEGM e do IDSC-BR evidencia um quadro de acentuada concentração nos estratos inferiores de ambos os indicadores, Tabela 3.

Tabela 3. Distribuição dos Municípios por Faixas dos Indicadores IEGM 2023 e IDSC-BR 2023

| Indicador | Faixa 1 | N | Faixa 2   | N | Faixa 3   | N | Faixa 4   | N   | Faixa 5 | N   | Total |
|-----------|---------|---|-----------|---|-----------|---|-----------|-----|---------|-----|-------|
| IEGM 2023 | ≥ 0,90  | — | 0,75–0,89 | 1 | 0,60–0,74 | — | 0,50–0,59 | 8   | < 0,50  | 173 | 182   |
| IDSC 2023 | ≥ 80    | — | 60–79,99  | — | 50–59,99  | 8 | 40–49,99  | 168 | < 39,99 | 8   | 184   |

Fonte: Adaptado de IRB e IDSC-BR

No que se refere ao IEGM, a ampla maioria dos municípios analisados (173 dos 182 municípios com dados disponíveis) enquadra-se na categoria “Baixo Nível de Adequação” (C), correspondente a escores iguais ou inferiores a 0,50 da nota máxima, oito municípios situam-se na categoria “Em Fase de Adequação” (C+), com escores entre 0,50 e 0,59, enquanto apenas um município (Sobral) alcança a classificação “Muito Efetiva” (B+), com desempenho entre 0,75 e 0,89. Não foram identificados municípios nas categorias “Efetiva” (B) ou “Altamente efetiva” (A), o que reforça a inexistência de padrões elevados de efetividade da gestão municipal no conjunto estadual. Esse resultado indica limitações significativas na capacidade administrativa municipal no estado do Ceará, sugerindo dificuldades estruturais na formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas. Nesse contexto, destaca-se o município de Sobral, que apresenta o melhor





desempenho no IEGM - 2023, configurando-se como um caso excepcional de elevada capacidade administrativa e consolidação de práticas de gestão pública efetivas no contexto estadual.

Em relação ao IDSC-BR 2023, a distribuição dos municípios também revela um desempenho predominantemente desfavorável no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A maior parte dos municípios (168 dos 184) encontram-se na classificação “Baixo”, com escores entre 40,0 e 49,99, indicando níveis insuficientes de progresso sustentável. Adicionalmente, oito municípios foram classificados como “Muito Baixo”, com escores inferiores a 39,99, configurando uma situação crítica em termos de sustentabilidade. Apenas oito municípios atingiram a classificação “Médio” (50,0 a 59,99), e nenhum município alcançou os níveis “Alto” ou “Muito alto”, o que evidencia que nenhum município cearense alcançou níveis elevados de desenvolvimento sustentável.

A análise integrada das classificações do IEGM e do IDSC-BR revela a predominância de municípios nas categorias inferiores de ambos os indicadores, sugerindo que limitações na capacidade institucional e administrativa podem constituir um entrave relevante para o avanço consistente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no território cearense.

#### 4.2 Análise do IEGM 2023 por Regiões de Planejamento

A Tabela 4 apresenta a estatística descritiva do IEGM nas 14 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará, com base nos dados disponíveis para o ano de 2023.

Tabela 4. Estatística descritiva do IEGM nas Regiões de Planejamento do Ceará (2023)

| Regiões de Planejamento      | Média | Mín   | Máx   | Desv. P | Amplitude | N  |
|------------------------------|-------|-------|-------|---------|-----------|----|
| Cariri                       | 0,392 | 0,310 | 0,504 | 0,051   | 0,195     | 27 |
| Centro Sul                   | 0,386 | 0,348 | 0,441 | 0,027   | 0,093     | 13 |
| Grande Fortaleza             | 0,432 | 0,327 | 0,599 | 0,050   | 0,272     | 19 |
| Litoral Leste                | 0,404 | 0,346 | 0,528 | 0,061   | 0,182     | 6  |
| Litoral Norte                | 0,388 | 0,285 | 0,507 | 0,058   | 0,222     | 13 |
| Litoral Oeste / Vale do Curu | 0,374 | 0,292 | 0,471 | 0,049   | 0,179     | 12 |
| Maciço de Baturité           | 0,381 | 0,300 | 0,483 | 0,048   | 0,183     | 13 |
| Serra da Ibiapaba            | 0,370 | 0,290 | 0,503 | 0,048   | 0,213     | 9  |
| Sertão Central               | 0,406 | 0,326 | 0,491 | 0,048   | 0,165     | 13 |
| Sertão de Canindé            | 0,384 | 0,334 | 0,409 | 0,049   | 0,075     | 6  |
| Sertão de Sobral             | 0,426 | 0,299 | 0,778 | 0,048   | 0,480     | 18 |
| Sertão dos Crateús           | 0,377 | 0,281 | 0,471 | 0,049   | 0,190     | 13 |
| Sertão dos Inhamuns          | 0,405 | 0,324 | 0,551 | 0,044   | 0,227     | 5  |

|                   |       |       |       |       |       |    |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|----|
| Vale do Jaguaribe | 0,409 | 0,278 | 0,492 | 0,039 | 0,214 | 15 |
|-------------------|-------|-------|-------|-------|-------|----|

Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Rui Barbosa – IRB (2023).

Apesar da convergência nas tendências dos dados de 2023 (Baixo Nível de Adequação), observa-se heterogeneidade quanto ao nível de desempenho entre as regiões. Conforme apresentado na Figura 1, as regiões Grande Fortaleza e Sertão de Sobral apresentam os maiores valores registrados (0,432 e 0,426). Em contraponto, as regiões do Litoral Oeste/Vale do Curu, da Serra da Ibiapaba e Sertão dos Crateús registram os menores desempenhos (0,374, 0,370 e 0,377).



Figura 1. IEGM nas Regiões de Planejamento do Ceará (2023)

Fonte: Elaboração própria com dados do Instituto Rui Barbosa – IRB (2023).

As demais regiões situam-se em uma faixa intermediária, com valores entre 0,380 e 0,410, o que reforça o caráter predominantemente moderado da gestão municipal no estado. Essas regiões apresentam desempenho sem grandes desvios em relação à média geral, refletindo um cenário em que desafios e avanços convivem de maneira relativamente equilibrada.

A análise dos valores mínimos e máximos revela heterogeneidade intra-regional significativa. Destaca-se, em particular, o Sertão de Sobral, que apresentou o maior valor máximo da série (0,778), contrastando fortemente com seu valor mínimo (0,299), o que resultou na maior amplitude entre todas as regiões (0,480). Esse resultado indica a coexistência de municípios com níveis muito distintos de efetividade da gestão dentro da mesma região, sugerindo desigualdades relevantes na capacidade administrativa local. Situação semelhante, embora em menor magnitude, é observada em regiões como o Vale do Jaguaribe (amplitude de 0,214) e o Sertão dos Inhamuns (0,227).

Esse padrão sugere que o IEGM é fortemente influenciado por fatores estruturais externos à esfera municipal, tais como o contexto econômico, mudanças normativas ou ajustes metodológicos adotados pelos órgãos de controle externo. Em síntese, os resultados da estatística descritiva reforçam a existência de fragilidades estruturais na efetividade da



gestão municipal em 2023, ao mesmo tempo em que evidenciam desigualdades regionais e intra-regionais relevantes.

#### 4.3 Análise do IDSC-BR 2023 por Regiões de Planejamento

A Tabela 5 apresenta a estatística descritiva do IDSC-BR nas 14 Regiões de Planejamento do Estado do Ceará, com base nos dados disponíveis para o ano de 2023.

Tabela 5. Estatística descritiva do IDSC-BR nas Regiões de Planejamento do Ceará (2023)

| Regiões de Planejamento      | Média | Mín   | Máx   | Desv. P | Amplitude | N  |
|------------------------------|-------|-------|-------|---------|-----------|----|
| Cariri                       | 45,16 | 39,46 | 50,88 | 2,79    | 11,42     | 29 |
| Centro Sul                   | 44,63 | 40,87 | 48,62 | 2,09    | 7,75      | 13 |
| Grande Fortaleza             | 44,29 | 39,21 | 49,64 | 2,66    | 10,43     | 19 |
| Litoral Leste                | 44,18 | 41,27 | 46,14 | 1,72    | 4,87      | 6  |
| Litoral Norte                | 46,00 | 44,19 | 49,21 | 1,43    | 5,02      | 13 |
| Litoral Oeste / Vale do Curu | 42,37 | 37,89 | 46,47 | 2,65    | 8,58      | 12 |
| Maciço de Baturité           | 46,74 | 41,12 | 53,57 | 2,64    | 12,45     | 13 |
| Serra da Ibiapaba            | 46,20 | 42,28 | 49,68 | 2,51    | 7,40      | 9  |
| Sertão Central               | 41,77 | 38,49 | 45,44 | 2,51    | 6,95      | 13 |
| Sertão de Canindé            | 43,01 | 40,33 | 48,08 | 2,45    | 7,75      | 6  |
| Sertão de Sobral             | 46,39 | 42,90 | 53,56 | 2,48    | 10,66     | 18 |
| Sertão dos Crateús           | 44,71 | 40,91 | 48,09 | 2,52    | 7,18      | 13 |
| Sertão dos Inhamuns          | 43,70 | 42,27 | 44,56 | 2,55    | 2,29      | 5  |
| Vale do Jaguaribe            | 45,60 | 42,00 | 51,17 | 2,54    | 9,17      | 15 |

Fonte: Elaboração própria com dados do IDSC-BR

Podemos observar na Figura 2, que entre as regiões com melhores desempenhos médios, destacam-se o Maciço de Baturité (46,74), o Sertão de Sobral (46,39), e a Serra da Ibiapaba (46,20). Ainda que apresentem médias superiores às demais, esses valores permanecem próximos ao limite inferior da faixa baixa, sugerindo avanços pontuais, mas insuficientes para caracterizar um padrão consistente de sustentabilidade. Em contraste, o Sertão Central (41,77) e o Litoral Oeste/Vale do Curu (42,37) registram as menores médias, indicando maior fragilidade na capacidade de gerar resultados sustentáveis.

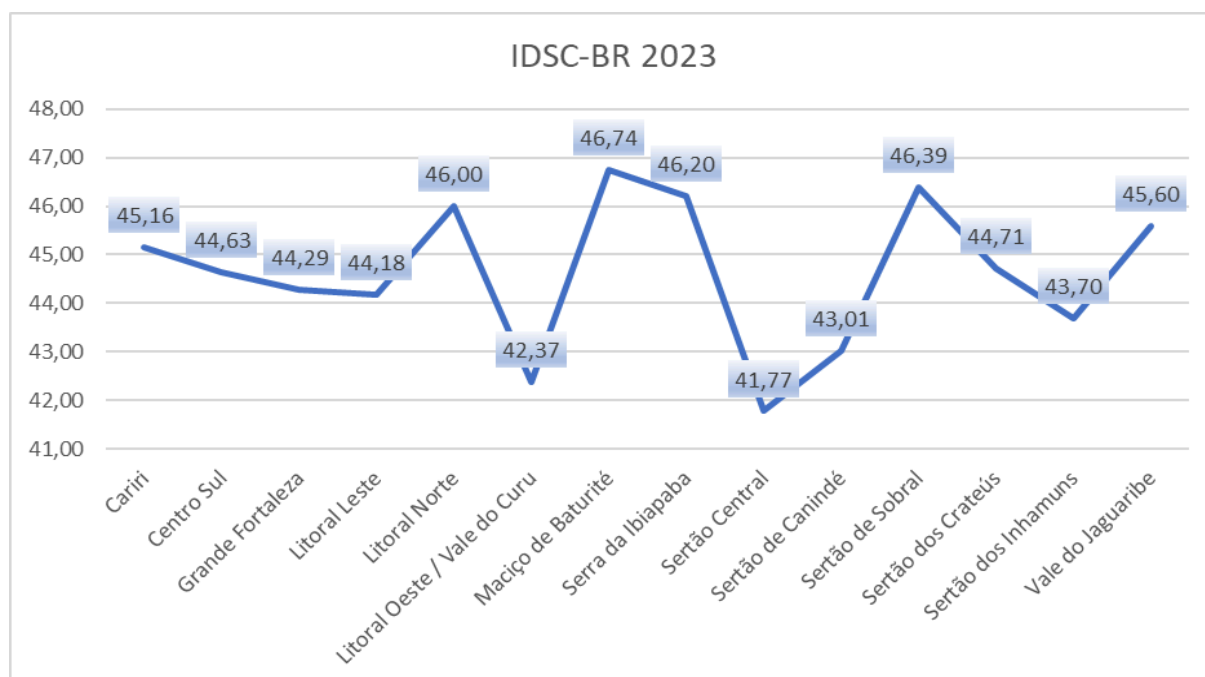


Figura 2. IDSC-BR nas Regiões de Planejamento do Ceará (2023)

Fonte: Elaboração própria com dados do IDSC-BR

A análise dos valores mínimos e máximos revela acentuadas desigualdades intra-regionais. Regiões como o Maciço de Baturité e o Sertão de Sobral apresentam amplitudes elevadas (12,45 e 10,66, respectivamente), com municípios variando desde patamares próximos ao limite inferior do IDSC até valores superiores a 53 pontos, o que já se aproxima da faixa média. Essa dispersão indica que, mesmo em regiões com melhor desempenho médio, coexistem municípios com níveis muito distintos de desenvolvimento sustentável, refletindo assimetrias na implementação de políticas públicas, na capacidade administrativa e no acesso a serviços essenciais. Por outro lado, regiões como o Litoral Leste e o Sertão dos Inhamuns apresentam amplitudes mais reduzidas (4,87 e 2,29, respectivamente), o que sugere maior homogeneidade interna. No entanto, essa menor dispersão não representa, necessariamente, melhor desempenho, pois os municípios tendem a se concentrar em patamares igualmente baixos de sustentabilidade, indicando uma uniformidade associada à estagnação e não à excelência.

Em síntese, a Tabela 5 demonstra que o desenvolvimento sustentável no Ceará apresenta um padrão territorialmente desigual, com variações relevantes entre e dentro das regiões de planejamento, mas marcado, de forma geral, por níveis baixos de desempenho.

#### 4.4 Correlação de Pearson entre o IEGM 2023 e o IDSC-BR 2023 nos municípios do Ceará

A matriz de correlação, apresentada a seguir, evidencia a existência de uma correlação linear positiva e estatisticamente significativa entre o IEGM e o IDSC-BR para o ano de 2023. O coeficiente de Pearson calculado ( $r = 0,159$ ) indica que a relação entre as variáveis é positiva, indicando que quanto maior for o indicador de desempenho da Gestão Municipal de um município maior é o alinhamento com os objetivos de desenvolvimento sustentável.



Contudo, a magnitude do coeficiente revela que essa associação é fraca, sugerindo que a variação nos resultados do IDSC-BR não é fortemente explicada pelo desempenho da gestão captado pelo IEGM.

Tabela 6. Matriz de Correlação entre IEGM 2023 e IDSC-BR 2023

|           | IEGM 2023 | IDSC-BR 2023 |
|-----------|-----------|--------------|
| IEGM 2023 | 1         | 0,159*       |
| ODS 2023  | 0,159*    | 1            |

Fonte: Dados da pesquisa (2025). (\*) nível de significância de 5%

Apesar da fraca intensidade, o coeficiente apresentou significância estatística ao nível de 5%, o que implica que a probabilidade de o resultado ter ocorrido ao acaso é reduzida. Assim, a correlação observada é estatisticamente confiável dentro dos limites adotados pelo estudo. Isso indica a existência de um vínculo estrutural entre a qualidade da gestão municipal e o desempenho socioambiental, ainda que tal relação seja limitada em termos de força explicativa.

De modo geral, os resultados sugerem que melhorias na gestão municipal têm associação com melhores desempenhos no cumprimento dos ODS, porém tal relação ocorre de forma modesta, indicando que outros fatores estruturais, socioeconômicos e territoriais também exercem influência determinante sobre o alcance do desenvolvimento sustentável em nível municipal.

## 5. Conclusão

O estudo buscou investigar a relação entre a gestão municipal e o alcance dos ODS, nas cidades do estado do Ceará, através da análise entre os indicadores IEGM e IDCS-BR, no ano de 2023. Os resultados demonstraram que, os municípios cearenses apresentaram predominância de baixos níveis de efetividade da gestão municipal (IEGM), com 173 municípios enquadrados na faixa inferior, e desempenho insuficiente em relação ao desenvolvimento sustentável (IDSC-BR), na qual 168 municípios estiveram classificados no nível “Baixo” de sustentabilidade. Além disso, verificou-se a inexistência de municípios nas categorias mais elevadas de ambos os índices, o que revela restrições estruturais de capacidade administrativa e dificuldades na institucionalização de políticas públicas orientadas à sustentabilidade em escala local.

A análise regional do IEGM demonstrou que, embora todas as Regiões de Planejamento apresentem médias enquadradas no nível de “Baixo Nível de Adequação”, há assimetrias intra e inter-regionais. Regiões como a Grande Fortaleza e o Sertão de Sobral exibem desempenhos relativamente superiores, enquanto o Litoral Oeste/Vale do Curu, a Serra da Ibiapaba e o Sertão dos Crateús apresentam os piores resultados médios. Ademais, a elevada heterogeneidade intra-regional observada em algumas regiões, especialmente no Sertão de Sobral, indica a coexistência de municípios com capacidades administrativas muito distintas, evidenciando desigualdades territoriais significativas que não são captadas por análises agregadas.



No que se refere ao desenvolvimento sustentável, os resultados do IDSC-BR apontam para um padrão igualmente desfavorável, com a maioria dos municípios concentrada na faixa “Baixa”. Embora regiões como o Maciço de Baturité, o Sertão de Sobral e a Serra da Ibiapaba apresentem desempenhos médios relativamente mais elevados, esses valores não configuram avanços estruturais consistentes em direção aos ODS. A análise das amplitudes evidencia acentuadas desigualdades intra-regionais, com coexistência de municípios em estágios bastante distintos de sustentabilidade dentro de uma mesma região. Por outro lado, regiões com menor dispersão tendem a apresentar homogeneidade associada a níveis igualmente baixos de desempenho, reforçando um cenário de estagnação territorial.

A correlação de Pearson calculada ( $r = 0,159$ ,  $p < 0,05$ ) demonstrou associação linear positiva e estatisticamente significativa, porém de fraca magnitude, sugerindo que municípios com melhor efetividade de gestão tendem a obter resultados ligeiramente superiores em indicadores alinhados aos ODS, embora a força explicativa dessa relação seja limitada. Esse achado confirma que a qualidade da gestão municipal importa, mas não é suficiente, de forma isolada, para determinar avanços substanciais no desenvolvimento sustentável, que se mostra igualmente condicionado por outros fatores como socioeconômicos, territoriais e estruturais.

Desta forma, conclui-se que embora a integração entre instrumentos de efetividade da gestão e métricas de sustentabilidade, como o IEGM e o IDSC-BR, ofereçam uma lente diagnóstica relevante para a administração pública, eles não são suficientes para explicar, isoladamente, o progresso socioambiental. Diante dos achados, reafirma-se que o Ceará enfrenta o desafio de conciliar o aprimoramento da gestão pública municipal com a aceleração do desenvolvimento sustentável, em um contexto marcado por desigualdades territoriais e capacidades institucionais heterogêneas.

Recomenda-se que futuras investigações aprofundem análises causais, incorporem variáveis complementares de contexto territorial e avaliem estratégias municipais capazes de impulsionar impactos sustentáveis mais expressivos em escala local.

## 6. Referências

BIERMANN, F.; KANIE, N.; KIM, R. Global governance by goal-setting: the novel approach of the UN Sustainable Development Goals. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2017, 26–27:26–31. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2017.01.010>

BOSCO, F. et al. How to manage sustainability in healthcare organizations? A processing map to include the ESG strategy. *Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management*, Vol. 36, n. 5, pp. 636-659, 2024. DOI 10.1108/JPBAFM-04-2023-0065

BOWEN, K.J. et al. Implementing the “Sustainable Development Goals”: towards addressing three key governance challenges— collective action, trade-offs, and accountability. *Current Opinion in Environmental Sustainability* 2017, 26–27:90–96. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2017.05.002>





BRASIL. Índice de Efetividade da Gestão Municipal – IEG-M. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. São Paulo: TCE-SP, 2023. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br> Acesso em 01 de dez. de 2025.

BRASIL. Índice de Efetividade da Gestão Municipal - Manual 2025. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. São Paulo: TCE-SP, 2024. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/publicacoes/manual-ieg-m-2025> Acesso em 01 de dez. de 2025.

GIL, A C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento sustentável. Brasil, 2012. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=259908&view=detalhes> Acesso em 5 de nov. de 2025

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (ICS); SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades -Brasil (IDSC-BR). Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável: São Paulo. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/introduction>. Acesso em 13 de nov. de 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (ICS); SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades -Brasil (IDSC-BR). Instituto Cidades Sustentáveis & Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável: São Paulo. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>. Acesso em 21 de nov. de 2025.

INSTITUTO CIDADES SUSTENTÁVEIS (ICS); SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK (SDSN). Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades – Brasil (IDSC-BR). Base de dados on-line, edição 2023. São Paulo: Instituto Cidades Sustentáveis, 2023. Disponível em: <https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/>. Acesso em de 18 out. de 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Apresentada nova ferramenta para modernização do IEGM Brasil e sua aplicação nacional. Brasília, 2023. Disponível em: <https://irbcontas.org.br/apresentada-nova-ferramenta-para-modernizacao-do-ieg-m-brasil-e-sua-aplicacao-nacional/> . Acesso em 05 de dez. de 2025.

INSTITUTO RUI BARBOSA (IRB). Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM Brasil): séries históricas 2017–2023. Base de dados on-line. Brasília: IRB, 2023. Disponível em: <https://ieg-m.irbcontas.org.br/>. Acesso em 29 de out. de 2025.

KRUGER, S.D; SANTOS, E.A.; SALLABERRY, J.D. The relationship between the Environmental Agenda in Public Administration (A3P) and the environmental awareness of civil servants. Brazilian Journal of Public Administration, 58(5). Rio de Janeiro, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220240011>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf> Acesso em 24 de nov. de 2025



PASSOS, G.O; AMORIM, A.C. A Construção do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (Iegm). Revista FSA, v. 15, n. 6. Teresina, 2018.

SANTANA, M.N.; COSTA, C.C.; BENTO, W.R.L. Percepção da gestão ambiental no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul conforme a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Revista Ambientale, Ano 16, Vol. 16, (nº 1). Alagoas, 2024. DOI: <https://doi.org/10.48180/ambientale.v16i1.548>

SIEGEL, K.M; LIMA, M.G.B. When international sustainability frameworks encounter domestic politics: The sustainable development goals and agri-food governance in South America. World Development 135 (2020). DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105053>

WISSMANN, M. A.; BACKES, G. Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades: Um estudo com base na realidade brasileira. REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE, v. 2, n. 9, 2022. DOI: <https://doi.org/10.47820/acertte.v2i9.91>